

OPINIÃO SOCIALISTA



Nº675

20 de junho
a 4 de julho 2024
Ano 27

R\$2

(11) 9.4101-1917

opiniaosocialista

www.opiniaosocialista.com.br

@opsocialista

Portal do PSTU

@opiniaosocialista

LIT-QI

ENTENDA AQUI

GOVERNO LULA SEGUE PRIVILEGIANDO O RICO NO ORÇAMENTO

Páginas 8 e 9

RIO GRANDE DO SUL

Crescem a indignação, as
mobilizações e ocupações
depois da catástrofe

PÁGINAS 10 A 12

FESTA DE COMEMORAÇÃO

30 anos na luta pelo
socialismo e a revolução

PÁGINAS 16 A 18

MULHERES

Continuar e organizar a luta
contra o “PL do Estupro”

PÁGINAS 4 E 5

CHARGE



FALOU BESTEIRA

“Deus é justo, nós tomamos de 7 a 1 da Alemanha. Já que é pra castigar, vamos castigar.”

Lula dizendo que essa punição estaria relacionada às denúncias de corrupção envolvendo as obras dos estádios para o torneio e também pelas demandas por um “padrão FIFA”, em saúde e infraestrutura. Ele sugeriu que essas exigências foram feitas para desmoralizar o evento esportivo.



SEM CLIMA

E sem funcionários



Sede do Inmet, em Brasília

Em meio às mudanças climáticas, a falta de recursos no Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) gerou a demissão de 40 dos seus 208 profissionais terceirizados, incluindo meteorologistas e outros especialistas que atuam na previsão do tempo. O

desligamento ameaça a coleta de informações meteorológicas e pode afetar o combate às catástrofes climáticas, como as chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul. A última entrada de servidores no Inmet ocorreu em 2006. Desde então, o número de

meteorologistas do órgão foi de 71 para 27, uma queda de 60%. Só pra comparar, nos Estados Unidos, que têm território de proporções continentais, assim como o Brasil, o Serviço Meteorológico Nacional tem aproximadamente 2.000 meteorologistas.

CSP-CONLUTAS

Vem aí a Plenária Nacional do Setorial LGBTQIAPN+ da CSP-Conlutas

O Setorial LGBTQIAPN+ da CSP-Conlutas realizará, no sábado, 29 de junho, a partir das 8:30 horas, uma Plenária Nacional para discutir e organizar as lutas contra a LGBTIfobia e pelos direitos desse setor oprimido. A atividade será realizada de forma presencial, na sede da Central em São Paulo (SP), e virtual, pela plataforma Zoom.

O objetivo, além de resgatar

a Revolta de Stonewall, ocorrida em 28 de junho de 1969, é reunir ativistas de todo o país para debater as demandas da comunidade e aprovar propostas que possam impulsionar a reorganização do movimento, diante dos graves ataques e distintas formas de violência impostos às pessoas LGBTI+. As inscrições podem ser feitas, de 10 a 23 de junho, confira abaixo:



As inscrições para o setorial LGBTQIAPN+ da CSP-Conlutas



Expediente

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ 06.021.557/0001-95 / Atividade Principal 47.61-0-01.

JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Luciana Candido

DIAGRAMAÇÃO Luciano Lasp

IMPRESSÃO Gráfica MarMar

CONTATO

FALE CONOSCO VIA

WhatsApp

Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta

(11) 9.4101-1917

opiniao@pstu.org.br

Av. Nove de Julho, 925. Bela Vista - São Paulo (SP). CEP 01313-000



O governo Lula não enfrenta os bilionários capitalistas

LULA MARQUES/ AGÊNCIA BRASIL

Enquanto estão sendo discutidas isenções bilionárias aos super-ricos, a fortuna dos bilionários brasileiros listados na revista “Forbes” só cresce. O lucro das 10 maiores empresas da Bolsa de Valores segue gigantesco, com mais de R\$ 295 bilhões, só no ano passado. Já os bancos comemoram uma cifra recorde, de R\$ 145 bilhões de lucro, referentes a 2023.

Diante disso, um liberal poderia fazer um belo discurso sobre a suposta eficiência do setor privado e de como devemos fazer de tudo para agradar as empresas, começando por reduzir ainda mais impostos aos grandes capitalistas.

Mas, a verdade é que a maior parte dos impostos arrecadados pelo Estado vai para esses mesmos capitalistas e ajuda a garantir esses lucros exorbitantes. A farra das isenções e benefícios fiscais para as grandes empresas, controladas pelos bilionários, está aí para quem quiser ver.

Ao mesmo tempo em que dão bilhões para os grandes empresários, estão mirando os benefícios sociais de um país que ainda convive com fome, miséria e profunda desigualdade social. A defesa das isenções aos bilionários e o corte de benefícios sociais mostram como este Congresso Nacional é uma vergonha.

Querem achacar o país e os trabalhadores. Em um dia é uma medida para privilegiar bilionários capitalistas; no outro, desenterram pautas reacionárias absurdas, como o “PL do Estupro”.

BANCO CENTRAL E O CENTRÃO

Em meio a tudo isso, voltamos à polêmica sobre o Banco Central. A verdade é que, no Brasil e no capitalismo de forma geral, o Banco Central independente não é, de fato, independente, e, também, o chamado Centrão é de direita. Atualmente, são ideológica e programaticamente ligados à ultradireita.

Mas, como são parasitas que vivem à custa de emendas parlamentares e cargos, também sustentam o governo Lula.

Dessa gente, que é o esgoto da política brasileira, é compreensível que não se espere coisa alguma. Agora, há muitos trabalhadores que esperavam outra atitude de Lula e do PT. É lastimável que o governo aceite, peça apoio e continue se sustentando nessa gente.

O governo Lula não enfrenta o Centrão, Lira e a ultradireita. E, depois, reclamam quando são pressionados por eles. Entregam bilhões em emendas parlamentares. Fizeram o Arcabouço Fiscal e debocham dos grevistas. É o governo que está fazendo carinho na fera que o está devorando.

Nem mesmo para tirar o presidente do Banco Central, o bolsonarista Campos Neto, o governo move uma palha. Muito menos para reverter a lei da “autonomia” do Banco Central.

GASTOS PÚBLICOS VÃO PARA OS BILIONÁRIOS CAPITALISTAS

A recente crise entre o governo e o Congresso Nacional mostra como não é possível governar para todos. O governo, por exemplo, afirma, em frente às câmeras, que não quer cortar da Saúde e da Educação, mas foi o próprio governo quem elaborou o Arcabouço Fiscal. E as verbas seguem estagnadas, com as universidades passando sufoco, e uma greve da Educação Federal, cujas justas demandas não são atendidas pelo governo.

A disputa em torno do déficit fiscal se dá entre duas políticas capitalistas e neoliberais. A diferença é que o governo Lula defende um certo aumento de gastos. Mas, esta discussão não sai dos marcos do próprio capitalismo.

O problema do Brasil não é apenas o aumento ou a diminuição de gastos; mas, sim, para onde vão estes recursos. O governo Lula defende um suposto desenvolvimento nacional e uma reindustrialização,



Deputado Sóstenes Cavalcante autor do Projeto de lei que equipara o aborto a homicídio

baseados em gastos públicos.

O problema é que a burguesia recebe os benefícios, embolsa o dinheiro e não investe em nada. E, quando investe, é para aumentar a exploração dos trabalhadores. Por isso, nem os empregos são garantidos. Junto com isso, aprofunda a subserviência do país às multinacionais e aos países imperialistas. Então, a questão é para onde está indo a riqueza produzida pelos milhões de trabalhadores do país.

ATACAR OS LUCROS E PROPRIEDADES DOS BILIONÁRIOS

O governo Lula afirma que quer acabar com as isenções das empresas capitalistas, mas, diante de um chiadinho da burguesia, ele logo recua. Enquanto isso, os capitalistas cobram mais isenções, ameaçando que, caso contrário, os empregos e os investimentos diminuirão e os preços subirão.

Sobretaxar os bilionários, cobrar mais impostos das gran-

des empresas e atacar o lucro seriam bons primeiros passos. Nem isso o governo Lula está fazendo. Mas, isso sozinho também não resolve o problema, porque a burguesia tem várias artimanhas para escapar, dado que tem todo o poder na mão, porque controla a produção e a economia, além da política.

Mesmo se as isenções acabassem, mesmo se a burguesia fosse mais taxada, ela conseguiria surrupiar e repassar os custos com os impostos para o lombo dos trabalhadores.

Por isso, é preciso enfrentar os bilionários capitalistas e expropriar as 200 maiores empresas. Não dá pra resolver o problema do país tentando atacar apenas o problema da distribuição da riqueza ou só encarando o problema dos impostos. É preciso mexer no problema da produção e da propriedade dos meios necessários para se produzir. Vejamos apenas um simples exemplo.

A Petrobras distribuiu, só em uma parcela de dividendos,

esse ano, mais de R\$ 90 bilhões. O governo recebeu R\$ 19 bi. Os outros R\$ 71 bi foram para os acionistas. Supondo que a empresa fosse 100% estatal, não existiria discussão sobre um déficit que, hoje, está na casa dos R\$ 20 a R\$ 30 bilhões. Inclusive, para ter desenvolvimento de fato e industrialização de verdade, seria preciso expropriar estes capitais que estão na mão da burguesia.

Mas, para isso, é preciso enfrentar o governo do PT, que vem aplicando uma política econômica que não é contra os setores capitalistas, mas, na verdade, quer ajudá-los a ganhar mais dinheiro.

Muitos ativistas concordam conosco, mas seguem apoiando o governo, por medo da volta da ultradireita. Mas, inclusive para derrotar a ultradireita e impedir sua volta, é preciso enfrentar o governo, que, hoje, é quem mais ajuda este setor a seguir com sua política de conciliação e alimentando a besta fera do capitalismo.

PL DO ESTUPRO!

Deputados aprovam regime de urgência para projeto que equipara aborto a homicídio



SECRETARIA DE MULHERES DO PSTU

23 segundos! Esse foi o tempo que a Câmara de Deputados levou para aprovar, sem qualquer tipo de discussão, o regime de urgência para o Projeto de Lei (PL) 1904/24, que equipara a interrupção da gravidez após 22 semanas ao crime de homicídio. Com a aprovação da urgência, a medida não precisa mais ser debatida nas Comissões Especiais da Câmara, podendo ser levada diretamente ao plenário, para votação a qualquer momento.

Esse PL é um enorme ataque aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e pessoas com capacidade de gestar, assim como à proteção das vítimas de violência sexual.

O aborto no Brasil já é considerado um crime, podendo ser punido com até 3 anos de prisão para quem o realize. Em algumas situações, porém, como em casos de estupro, de risco de mor-

SE O PL 1904 FOR APROVADO, NÃO APENAS ESSE DIREITO SERÁ RESTRINGIDO, MAS INCLUSIVE A PESSOA QUE RECORRER AO ABORTO APÓS 22 SEMANAS PODERÁ PEGAR ATÉ 20 ANOS DE PRISÃO. PARA SE TER IDEIA DO ABSURDO QUE ISSO SIGNIFICA, NO BRASIL, A PENA MÁXIMA PARA O CRIME DE ESTUPRO É DE 10 ANOS

te para a gestante e gravidez de anencéfalo (feto sem cérebro), a mulher ou pessoa gestante têm direito a recorrer à interrupção da gravidez.

Se o PL 1904 for aprovado, não apenas esse direito será restringido, mas, inclusive, a pessoa que recorrer ao aborto após 22 semanas poderá pegar até 20 anos de prisão. Para se ter ideia do absurdo que isso significa, no Brasil, a pena máxima para o crime de estupro é de 10 anos.

CONIVÊNCIA COM O ESTUPRO

Não se trata somente de um retrocesso na legislação, mas da total conivência com a violência à qual inúmeras meninas e mulheres brasileiras são submetidas cotidianamente. O Brasil vive uma explosão de estupros. Em 2022, foram 75 mil casos registrados. Sete em cada dez vítimas têm menos de 14 anos, sendo que a maioria dos agressores são familiares ou conhecidos.

Somente entre janeiro e maio deste ano, o “Disque 100” registrou cerca de 8 mil denúncias de estupro de vulneráveis. E isso é apenas a ponta do iceberg, pois estima-se que menos de 10% dos casos de violência sexual sejam denunciados. Em média, 38 meninas, de até 14 anos, se tornam mães a cada dia no país, em decorrência de estupros.

DESMONTE DA REDE DE ATENÇÃO

Diante deste cenário, seria de se esperar que o Par-

lamento estivesse discutindo como enfrentar a violência e a cultura do estupro e como aprimorar os mecanismos de assistência às vítimas, incluindo os serviços de aborto legal.

No entanto, o que vemos é o desmonte da rede de atenção, com o fechamento de serviços de referência em aborto legal, como o do Hospital Vila Nova Cachoeirinha, em São Paulo, e a perseguição aos profissionais da Saúde que atuam nos marcos da lei.

QUEM SÃO AS MAIORES VÍTIMAS?

Esse desmonte dificulta principalmente o acesso das vítimas de estupro, em especial de meninas negras e pobres que moram nas regiões periféricas e interioranas, que acabam chegando (quando conseguem chegar) aos serviços já em estágios avançados de gestação.

Com a aprovação do PL 1904, elas seriam duplamente vitimizadas. Pelo crime

que sofreram e por terem seu direito ao aborto negado, porque não conseguiram acessar os serviços de aborto legal a tempo de realizarem o procedimento, antes das 22 semanas de gestação.

A pressa desmedida da burguesia brasileira e seus setores reacionários no Congresso, a começar pelo presidente da Câmara, o deputado Arthur Lira (PP-AL), em aprovar um projeto de lei que institucionaliza a maternidade forçada às vítimas de estupro, sem passar pelo debate público nas comissões pertinentes e na sociedade, é só mais uma demonstração do descaso com a vida das meninas, mulheres e pessoas com capacidade de gestar da classe trabalhadora.

Enquanto isto, nada muda para as mulheres burguesas, que podem pagar clínicas particulares ou viajar a qualquer momento para o exterior e realizar o aborto em um dos países onde a prática é legalizada.

VERGONHA

Governo Lula ajudou costurar acordo para a votação

Já Lula e o PT não só optaram por lavar as mãos frente a qualquer esforço para barrar o avanço do “PL do Estupro”, no Congresso, como ainda ajudaram a costurar o acordo para que a votação ocorresse de forma simbólica; ou seja, sem registrar o nome dos parlamentares no painel.

O líder do governo na Câmara, o deputado José Guimarães (PT-CE), chegou a declarar que a matéria não é de interesse do governo e que a prioridade são as pautas econômicas, liberando as bancadas do partido e da base aliada para votarem a favor do regime de urgência.

OBSTÁCULOS

A forte repercussão negativa, no entanto, obrigou o governo a se reposicionar. Manifestações em todo país, sob os lemas “Estuprador não é pai” e “Criança não é mãe”, levaram milhares às ruas.

Com dois dias de atraso, e muito timidamente, Lula se pronunciou, dizendo que é contra o aborto, mas que o PL é uma “insanidade”. O PT, por sua vez, agora tenta negociar, antes da votação em plenário, uma mudança cosmética no projeto de lei, de modo a proibir especificamente a técnica de assistolia

fetal, que interrompe os batimentos cardíacos do feto em gestações avançadas, cujo procedimento é recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e utilizado no Brasil, em casos de aborto legal.

Vale lembrar que o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu, há poucos dias, uma resolução do Conselho Federal de Medicina que tinha por objetivo dificultar o acesso ao aborto, ao impedir que médicos que realizam o aborto legal recorram à técnica de assistolia fetal. Portanto, mesmo que o PL seja modificado, ainda assim significará um retrocesso e um passo a mais em direção à total criminalização do aborto.

MOEDA DE TROCA PARA O GOVERNO

O que vemos, mais uma vez, são os direitos das mulheres sendo utilizados como moeda de troca pelos governos do PT, autointitulados progressistas, em troca do apoio da ala conservadora no Congresso.

Em 13 anos à frente da Presidência da República, o PT não foi capaz de legalizar o aborto ou sequer pautar o tema na sociedade de forma séria. Novamente no

O LÍDER DO GOVERNO NA CÂMARA, O DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE), CHEGOU A DECLARAR QUE A MATÉRIA NÃO É DE INTERESSE DO GOVERNO E QUE A PRIORIDADE SÃO AS PAUTAS ECONÔMICAS, LIBERANDO AS BANCADAS DO PARTIDO E DA BASE ALIADA PARA VOTAREM A FAVOR DO REGIME DE URGÊNCIA

governo, Lula segue fazendo o jogo dos setores reacionários, fortalecendo, dessa forma, a ofensiva ideológica, de ultradireita e moralista, que naturaliza a opressão sobre as mulheres e o controle sobre nossos corpos.

E tudo isso com o aval de organizações e partidos como o PSOL e o PCdoB, que, apesar de se posicionarem contra o PL 1904, seguem alimentando ilusões na Frente Ampla, para “derrotar” a ultradireita, e apoiando o governo de conciliação de classes Lula-Alkmin. Mas, na verdade, o que fazem é legitimar, ainda que de forma indireta, todos os ataques aos nossos direitos.

MOBILIZAÇÃO

Lutar contra o “PL do Estupro”

A votação-relâmpago da urgência de tramitação do PL 1904 causou enormes indignação e revolta na base dos movimentos sociais e de mulheres e na sociedade brasileira de maneira geral. No dia seguinte à aprovação, manifestações de rua contra o PL foram chamadas em várias cidades, reforçadas pelo posicionamento público de artistas e influenciadores que se pro-

nunciaram contra a proposta.

A repercussão negativa levou Arthur Lira a sinalizar que pretende deixar a votação no plenário da Casa em banho-maria. Não podemos ter confiança alguma em Lira e no Congresso, pois da mesma forma como o regime de urgência foi votado de maneira atropelada e sem discussão, nada impede que se faça o mesmo com o próprio PL.

Por isso, é preciso organizar a resistência e intensificar as mobilizações para entrar, de vez, a proposta e avançar na luta pela legalização do aborto sem restrições. Só a mobilização das mulheres, aliadas à classe trabalhadora de conjunto, pode se contrapor a esse ataque e garantir aborto legal, seguro e gratuito! Punir o estupro, não a vítima! Abaixo o PL 1904!

Criança não é mãe!

#NãoAoPL1904/24

MÃE DA TÁ
THAIS FERREIRA

GREVE NA EDUCAÇÃO FEDERAL

A greve e o projeto de Lula e da burguesia para o ensino superior



**EDUARDO ZANATTA,
DE BRASÍLIA (DF)**

A greve da Educação Federal, que completou três meses, é expressão de uma poderosa rebelião de base contra a decadência dos serviços públicos e das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). De 2013 a 2023, estas instituições tiveram suas verbas congeladas e, com a inflação do período, acumularam uma perda de 55% das verbas para manutenção.

Além disso, desde 2010, a perda salarial das categorias da Educação Federal chega a mais de 50%, no caso dos técnicos administrativos, e mais de 40%, entre os docentes. Um quadro agravado por Bolsonaro, que não concedeu nenhum reajuste aos servidores.

ARROCHO SALARIAL, SOBRECARGA E PRECARIZAÇÃO

A situação se tornou insustentável. O piso salarial de um técnico-administrativo é de R\$ 1.446,00 e grande parte deles não ganha mais do que dois salários-mínimos. Há uma evasão enorme dos trabalhadores e trabalhadoras para outras carreiras e mesmo para o setor privado, gerando uma sobrecarga para quem permanece.

Além disso, esse processo se combina com a ampliação da terceirização nos serviços públicos, que traz uma série de consequências negativas. Os terceirizados trabalham sob condições precárias, são vítimas de empresas que constantemente dão calote e recebem salários ainda mais rebaixados. A alta rotatividade imposta pelas empresas, com as demissões, não consegue garantir a continuidade e a qualidade dos serviços. E, por último, os contratos de licitação são uma grande fonte de corrupção e desvio de dinheiro público.



REVOLTA

Uma rebelião de base que atropelou as direções governistas

A greve só se concretizou porque as bases das categorias atropelaram as direções governistas, ligadas ao PT, PSOL, PCdoB, UP e PCB. Desde o início da mobilização, as direções do Andes-SN, Fasuba, Sinasefe e Proifes (que representam, respectivamente, docentes, técnicos-administrativos e servidores das instituições técnicas e tecnológicas) apostaram nas mesas de negociação e fizeram todo tipo de manobras para tentar impedir e adiar a greve.

Quando a greve começou, com força nos técnicos administrativos e contagiando os docentes das Universidades e Institutos Federais, as direções dessas entidades agitavam que a greve seria rápida, pois o governo estava aberto a atender as reivindicações.

Mas, o governo não cedeu e a greve se estendeu. Na medida que o governo foi se mostrando inflexível e apresentou

propostas muito rebaixadas (0% em 2024; 9%, em 2025; e 3,5%, em 2026) a indignação e a revolta foram aumentando e, também, se massificaram palavras de ordem contra o governo Lula.

BUROCRACIAS SINDICAIS ACATAM "ORDEM" DE LULA

A resposta da burocracia governista que dirige as entidades foi pedir para que Lula assumisse diretamente as negociações. Não se cansaram de falar que "a greve não era contra o Lula" e defendiam que ela não poderia se prolongar "para não fortalecer a ultradireita". Mas, isso veio abaixo quando Lula, durante o lançamento do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) da Educação, atacou a greve e "ordenou" as direções a acabarem com ela.

Lula, com uma prática absolutamente autoritária e antissindical, tentou impor a sua

proposta contra a decisão esmagadora da maioria das assembleias. Para isso, Lula assinou um acordo com o Proifes, uma entidade de papel, controlada pela CUT, que decidiu assinar o acordo contra a decisão de suas assembleias de base.

A preocupação destes dirigentes em preservar o governo mais do que os interesses dos trabalhadores que representam ficou nítida não apenas na vacilação e demora para a deflagração da greve. Mas também no esforço que fazem há semanas para desmontar a greve, independentemente do fôlego que ela ainda possa ter neste momento.

Diante disto, os servidores públicos precisam assumir a luta para construir novas direções para as entidades, permitindo a construção de uma mobilização unificada, para derrotar a política fiscal de Lula e o arrocho salarial.

CONTA

Sucateamento afeta os estudantes diretamente

A situação de perdas orçamentárias tem consequências para os estudantes das IFES. O "Censo da Educação Superior", do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), de 2022, aponta que a evasão no ensino superior público é de 52%. Ou seja, menos da metade dos que ingressam nas universidades concluem o curso. Parte dessa evasão tem relação com a precariedade da assistência estudantil.

Em 2023, o Ministério da Educação (MEC) disponibilizou apenas 10 mil bolsas-permanências, no valor de R\$1.400. Mas, o programa abarca menos de 1% dos universitários. Além disso, a falta de verbas tem levado ao fechamento dos bandejões, das bibliotecas, das casas-do-estudante e, também, tem impossibilitado a ampliação dos serviços para garantir a manutenção dos estudantes de baixa renda.

Recentemente, o Senado aprovou o PL 5395, que cria a Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), e, no momento, aguarda sanção presidencial. Caso sancionado, o Estado vai conceder bolsas a partir de R\$ 300 a estudantes de baixa renda das IFES, um valor extremamente baixo, que não garante a permanência. Ao contrário do que diz a União Nacional dos Estudantes (UNE) e as correntes governistas do movimento estudantil, o projeto não vai mudar a falta de investimentos na assistência estudantil.

AUSTERIDADE

Arcabouço Fiscal vai manter as IFES em situação precária

Todo este quadro de sucateamento não deve ser alterado pelo governo Lula. Sua política fiscal é neoliberal. Inicialmente, a Lei Orçamentária de 2024 previa um corte de mais de R\$ 300 milhões no orçamento das IFES. Recentemente, Lula anunciou a recomposição de R\$ 700 milhões desse orçamento, mas esse valor não garante nem 30% dos

R\$ 2,5 bilhões que foram solicitados pela Associação Nacional dos Dirigentes das IFES (Andifes), para conseguir garantir o funcionamento das instituições em 2024.

Lula também anunciou o “PAC da Educação”, com a promessa de R\$ 5,5 bilhões em investimentos na Educação Federal nos próximos anos. O programa prevê a

abertura de 10 novos campi e oito hospitais universitários. A medida até parece bastante progressiva, mas está muito mais voltada a atender a necessidade de aquecer o setor da construção civil, com um conjunto de obras públicas, do que a atender as necessidades do ensino superior público.

Além disso, o valor do “PAC da Educação” repre-

senta o mesmo montante que é pago em apenas um dia, pela União, da dívida pública, que nunca foi auditada. Representa 1% do montante de isenções fiscais garantidas por Lula, em 2023, às grandes empresas, num total de R\$ 519 bilhões. Somente as isenções fiscais cedidas às grandes empresas no ano passado resultam num mon-

tante quatro vezes maior do que todo o orçamento da Educação para 2024.

Mas, esse cenário de arrocho fiscal deve piorar ainda mais diante da política de Lula/Haddad de limitar o crescimento dos fundos constitucionais para Saúde e Educação a 2,5%, atrelando o valor de crescimento desses fundos ao Arcabouço Fiscal.

NOVO ATAQUE

Lula prepara nova Reforma Administrativa

A Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dwek, já declarou publicamente que quer enxugar as carreiras do serviço público federal, através de uma nova proposta de Reforma Administrativa.

Segundo o Secretário Extraordinário para a Transformação do Estado, Francisco Gaetani, dentre outros objetivos, esta medida implicaria em: reduzir os salários iniciais dos novos servidores públicos, para ficarem mais próximos do que se pratica na iniciativa privada; abrir a possibilidade de contratações de servidores por regime celetista, em vez de fazê-las pelo Regime Jurídico Único, o que afetará principalmente a aposentadoria desse setor; ampliar os prazos de contratação de servidores em contrato temporário; extinguir a maior parte dos cargos de nível médio e preenchê-los com empresas terceirizadas.

Muito do que o governo quer fazer com a nova Reforma Administrativa, as IFES já experimentaram, na prática, com a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), por Dilma Rousseff, em 2011.

O objetivo da criação da EBSERH era reduzir os custos com os Hospitais Universitários (HUs) que, em relação



Esther Dwek, Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

a outros hospitais, tinham um custo por paciente mais elevado, justamente porque integravam pesquisa, formação profissional e realizam procedimentos de alta complexidade. A EBSERH tira a União como única fonte de financiamento e permite que os HUs recebam recursos do setor privado, em troca de serviços prestados aos planos de saúde, às clínicas e às empresas privadas do setor.

O resultado é que houve redução de serviços de alta e média complexidade, realizados pelos HUs; redução das verbas destinadas à pesquisa à saúde nos hospitais; aumento nos processos de contratação temporária e redução do número de leitos hospitalares, em 8%, entre 2012 a 2022.

MAIS DEPENDÊNCIA

Projeto de Lula é seguir impulsionando o crescimento das instituições privadas

Atualmente, em todo o país, há cerca de 7,3 milhões de estudantes matriculados nas instituições privadas de ensino superior; enquanto nas instituições públicas são um pouco mais de 2 milhões. Segundo um levantamento do Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos (Ilaese), 23% das matrículas no setor privado se concentram em apenas quatro empresas privadas, resultado do crescimento dos monopólios privados no setor.

Tal crescimento está relacionado a um conjunto de medidas criado ou aperfeiçoado pelos governos de Lula, que criou o Programa Universidade Para Todos (Prouni), em 2004, e promoveu a expansão do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), criado por FHC, em 1999. A justificativa era ampliar o acesso da população de baixa renda ao ensino superior. Mas, na verdade, o grande objetivo foi salvar os grupos privados de ensino superior, que viviam uma crise naquele período.

Os cursos oferecidos por essas instituições privadas de ensino, de maneira geral, são de péssima qualidade e não têm nenhum tipo de integração com a pesquisa e a extensão. O objetivo desses

grupos educacionais é o lucro e não a produção científica, que se concentra nas instituições públicas de ensino superior, responsáveis por mais de 90% da produção científica do país. Ou seja, essa deveria ser a base para um desenvolvimento científico que estivesse a serviço de um projeto soberano e de bem-estar social.

LUTAR PARA QUE A EDUCAÇÃO NÃO CONTINUE SENDO UMA MERCADORIA

A expansão do ensino superior e o estrangulamento do orçamento das instituições públicas aumentam a dependência tecnológica e científica do país e nos colocam na dependência das nações imperialistas. Algo que se combina com a processo de reprimarização da economia e desindustrialização relativa, que se aprofundaram nas últimas décadas.

Para reverter essa lógica mercadológica, é preciso estatizar, sem indenização, os grandes grupos empresariais da Educação e incorporá-los à rede federal. Temos que acabar com o repasse de dinheiro público ao setor privado e redirecionar essas verbas para garantir a expansão da rede pública, com

A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E O ESTRANGULAMENTO DO ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS AUMENTAM A DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA E CIENTÍFICA DO PAÍS E NOS COLOCAM NA DEPENDÊNCIA DAS NAÇÕES IMPERIALISTAS. ALGO QUE SE COMBINA COM A PROCESSO DE REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA E DESINDUSTRIALIZAÇÃO RELATIVA, QUE SE APROFUNDARAM NAS ÚLTIMAS DÉCADAS.

o objetivo de ampliar a capacidade de produção científica do país.

A defesa de uma educação pública e gratuita, de qualidade e para todos, implica romper com a conciliação com os bancos e grandes empresários, e acabar com os privilégios que esse setor desfruta nessa sociedade. Tarefa que só será assumida por um governo socialista dos trabalhadores que abra caminho para o socialismo.

ENTENDA AQUI

Lula continua dando bilhões em isenções para a burguesia e tirando dos trabalhadores



DA REDAÇÃO

Os docentes e técnicos administrativos das universidades e institutos federais chegaram três meses de greve, enfrentando Governo Federal, que se recusa a negociar e insiste em 0% de reajuste. Mas bastou um telefonema do bilionário Blairo Maggi, um dos maiores produtores de soja do país, acionista do grupo Amaggi, a Lula para fazer o governo recuar na Medida Provisória que limitava o uso dos créditos do PIS/Cofins para compensar o pagamento ou restituição de impostos.

Essa é a diferença de como o governo trata as reivindicações dos trabalhadores e as dos grandes empresários. Para garantir o Arcabouço Fiscal e os acordos com os banqueiros e o mercado, o governo está disposto a atender as exigências dos bilionários, enquanto rifa os trabalhadores e coloca direitos sociais na mira do ajuste fiscal. Basta só um telefonema.

Outro bilionário, inimigo do povo, mas amigo de Lula, descontente com a medida absolutamente tímida do governo, foi o presidente da multinacional do agronegócio e combustíveis, Cosan, Rubens Ometto. “Do jeito que está, com o governo querendo meter a mão, querendo taxar tudo, não dá”, foi chorar na imprensa que está entre os 10 bilionários do país. E logo o governo cedeu e tratou de acalmar seu aliado que financia as campanhas do PT.

A devolução da MP pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), representou o que muitos avaliam como a pior derrota do governo Lula numa série de reveses no Congresso Nacional.



André Esteves, dono do banco BTG Pactual

RINDO À TOA

Quem mama na teta do Estado é a burguesia

O acirramento das disputas e crises do governo e o Congresso Nacional expressam uma luta entre diferentes setores da burguesia. Mas isso se dá a partir de um grande acordo: defendem que os trabalhadores e o povo pobre paguem a conta da “crise fiscal” criada pela dívida “pública” e seus juros de agiota, que entregam mais da metade do orçamento aos capitalistas e banqueiros.

Ou seja, querem o corte dos direitos sociais e dos investimentos nas áreas sociais.

O agronegócio não quer abrir mão das isenções bilionárias, as montadoras estão rindo à toa com o programa Mover que garantiu R\$ 20 bilhões por ano ao setor e o varejo conseguiu impor a taxa da blusinhas. A burguesia não quer abrir mão de um mísero centavo para continuar

engordando seus lucros. Estamos falando dos amigos de Lula e inimigos do povo, Maggi e Ometto, bilionários que estão na lista da revista Forbes, e defendem cortar de quem recebe R\$ 600 reais de BPC.

O agronegócio teve R\$ 60 bilhões em isenções no ano passado, e não quer abrir mão da mamata dos créditos do PIS/Cofins.

Algum liberal defensor do

capitalismo vai repetir a ladainha de que “aumentar a carga tributária inibe os investimentos”. A taxa de investimento no país é ridícula depois de décadas de isenções e dilapidação do orçamento. A burguesia não quer “investir”, quer ganhar dinheiro fácil e rápido. Quem precisa e se utiliza do Estado no capitalismo para seguir lucrando são os capitalistas e não os trabalhadores.

A DIVISÃO DE TAREFAS ENTRE LULA E HADDAD

Para atender capitalistas, governo coloca direitos sociais na mira

O governo do PT não tem nada de anticapitalista. Vem fazendo tudo que a burguesia brasileira e internacional quer. Por isso vem sendo elogiado por gente como André Esteves, sócio de Paulo Guedes no BTG Pactual ou por Luiz Trabuco dono do Bradesco e dirigente da FEBRABAN. Mas mesmo assim há vários setores da burguesia pressionando por mais.

O governo não está em disputa entre um setor que defende os trabalhadores e outro que estaria a favor da burguesia. Todas as alas do governo defendem algum setor burguês e aprofundam a lógica capitalista, que impõe um modelo de orçamento onde se privilegia o lucro enquanto tira dos trabalhadores. Por isso, os servidores federais tem 0% de reajuste e não são ouvidos como Maggi ou Ometto.

QUEM AJUDA A ULTRADIREITA?

Se é verdade que a direita e a ultradireita, que representam também setores burgueses ainda mais ultra-liberais, pressionam o governo, também é verdade que tudo que o governo fez até hoje ajuda estes setores. Desde o apoio ao Lira passando pela políti-

ca de não punir os golpistas até as políticas econômicas adotadas. O Arcabouço Fiscal não foi imposto pelo centrão. Foi escrito no gabinete do Haddad. Quem trouxe os cortes na Previdência Social para a pauta foi Haddad e Simone Tebet.

Grande parte da esquerda pinta uma realidade como se Lula defendesse os trabalhadores e estivesse pressionado pelo centrão e a direita, sedentos por mais cortes no Orçamento. A realidade, porém, é que o governo também defende a Lei de Responsabilidade Fiscal da burguesia, representa uma ala dela. E se fica pressionado pelo centrão e pela direita, que representa um setor que quer ainda mais rapina é porque escolheu governar com eles e para eles.

“REVISÃO” DOS DIREITOS SOCIAIS

O governo diz que os grandes empresários recebem a maior parte dos 519 bilhões de isenção fiscal do ano passado, anuncia uma “revisão ampla, geral e irrestrita” dos benefícios sociais, nas palavras do próprio Haddad.

Agora se discute além do fim dos pisos da Saúde e Educação, a desvinculação de benefícios sociais do INSS

(Instituto Nacional do Seguro Nacional) do salário mínimo. Segundo a ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB), “a lei fala BPC (Benefício de Prestação Continuada), abono salarial, seguro-desemprego, auxílio-doença... Vamos ver como a gente pode modernizar. Eu tenho ‘N’ possibilidades, eu tenho uma avenida”. Enquanto o governo Lula, além das isenções fiscais, pagou só no ano passado mais de R\$ 50 bilhões em emendas parlamentares em maior parte para o centrão e a direita.

Isso significa que, ao mesmo tempo em que reconhece que as isenções bilionárias beneficiam os ricos, sem nenhuma contrapartida, o que o governo coloca na mesa não é o fim desse absurdo, mas direitos básicos que abrangem justamente a população mais pobre, e que já são extremamente insuficientes para garantir uma vida digna.

O BOM E O MAU POLICIAL

No ataque aos benefícios sociais do INSS que vem sendo tramado, o governo faz uma espécie de encenação do “bom e mau policial”. O “malvado” Haddad, junto com Tebet e o centrão, expressariam uma ala a favor

do mercado e da austeridade, enquanto Lula estaria preocupado com os mais pobres. “Não me venha falar de ajuste em cima das pessoas mais humildes deste país”, declarou o presidente em 18 de junho. Reafirmando em seguida que aceita discutir “tudo”, reivindicando a reforma da Previdência implementada em lá em 2003.

É mais ou menos o que aconteceu com a chamada “taxação das blusinhas”, o imposto de 20% sobre compras internacionais de até US\$50 exigida pelo grande comércio, como Magazine Luiza e o “Véio da Havan”. O governo apresentou a proposta, negociou no Congresso e articulou a sua aprovação. Lula atuou pela taxa-ção, mas fez jogo de cena denunciando que era um absurdo. Depois sinalizou que sancionaria a medida “pela unidade do Congresso, do governo”. O jabuti foi incluído no Mover, o Programa Nacional de Mobilidade Verde e Inovação que, por sua vez, vai conceder R\$ 20 bilhões em isenções às grandes montadoras.

Essa é a jogada ensaiada envolvendo o governo, o Congresso e a burguesia. Haddad é de confiança ao mercado,

O GOVERNO DO PT NÃO TEM NADA DE ANTICAPITALISTA. VEM FAZENDO TUDO QUE A BURGUESIA BRASILEIRA E INTERNACIONAL QUER. POR ISSO VEM SENDO ELOGIADO POR GENTE COMO ANDRÉ ESTEVES, SÓCIO DE PAULO GUEDES NO BTG PACTUAL OU POR LUIZ TRABUCO DONO DO BRADESCO E DIRIGENTE DA FEBRABAN. MAS MESMO ASSIM HÁ VÁRIOS SETORES DA BURGUESIA PRESSIONANDO POR MAIS..

recebendo o apoio “institucional” da Febraban (Federação dos Bancos do Brasil) e elogios de banqueiros. E Lula fica livre para, em frente às câmeras, denunciar as isenções bilionárias, dizer que é contra taxar os mais pobres e cortar direitos, enquanto, na prática, articula e sanciona essas mesmas medidas.

A classe trabalhadora deve exigir fim das isenções fiscais para as grandes empresas, imposto fortemente progressivo e suspensão do pagamento dessa dívida fraudulenta aos banqueiros.

SAÍDA

Acabar com as isenções, taxar e expropriar os grandes monopólios e o agronegócio

Enquanto isso, o povo não tem sequer saneamento básico. Os salários estão baixíssimos. Há desemprego fome e miséria. Seria possível mudar tudo isso mas sem atacar os mais pobres e seus direitos. O que precisamos é aumentar os salários e direitos. Revogar a reforma trabalhista e a da Previdência, assim como a lei de terceirizações, e garantir carteira assinada e direitos sociais e trabalhis-

tas para todos os trabalhadores, inclusive os de aplicativos. Dinheiro para isso existe, como estamos vendo nas cifras bilionárias das isenções fiscais. Se o governo Lula quisesse mesmo colocar os pobres no orçamento teria que revogar o Arcabouço Fiscal.

Esta medida seria mais eficiente se combinássemos ela com a expropriação dos grandes grupos capitalistas. Esta-

mos falando das 200 maiores empresas que controlam o grosso do PIB brasileiro. Só a Petrobras distribuiu R\$ 180 bilhões de dividendos em 2023. Enquanto isso, estas empresas exploram os trabalhadores, pagando baixos salários e seus donos pressionam o país por cortes das áreas sociais para aumentar seus lucros. Junto com isso implementar a suspensão do pagamento da divi-

da e a estatização dos bancos e do sistema financeiro para acabar com a farra dos lucros patrocinado pelo Banco Central, dirigido pelo bolsonarista Campos Neto.

Este seria um programa para defender de fato os trabalhadores, se contrapondo aos interesses da burguesia seja dos que apoiam o governo seja dos que estão na oposição de direita. Quando

se trata de fazer o trabalhador pagar o pato, todos estão juntos. Este programa é contra o governo do PT. Por isso precisamos fortalecer uma oposição de esquerda revolucionária e socialista que enfrente os ataques do governo Lula, o Congresso e o Judiciário, inclusive para enfrentar de forma consequente o centrão e os bolsonaristas, sem conciliação com a burguesia o governo.

RIO GRANDE DO SUL

“Trabalhador tá perdendo a paciência”: crescem a indignação, as mobilizações e ocupações

VÂNIA, GOBETTI,
DE PORTO ALEGRE (RS)

No momento que fechávamos esta edição, o Rio Grande do Sul enfrentava um novo período de fortes chuvas, que causaram mais estragos. Em São Luiz Gonzaga, na região das Missões, foram registrados ventos de até 150 Km/h, que destelharam mil casas e afetaram mais de 12 mil pessoas.

Milhares ainda não conseguiram voltar para suas casas, seja porque elas foram destruídas ou porque muitas ruas continuam intransitáveis, tomadas por lixo e entulhos. Há um operativo dos governos para desativar os abrigos, mas 10 mil pessoas seguem desabrigadas.

DESPROTEGIDOS

Na realidade, o povo continua desprotegido perante novos eventos climáticos extremos, o que tem causado tensão e ansiedade mesmo àqueles que conseguiram limpar suas casas. Afinal, a destruição foi enorme e o auxílio de R\$ 5.100 é totalmente insuficiente para arcar com todos os custos de recuperação de casas. Ao mesmo tempo, todos se perguntam: “Recupero minha casa e pertences, mas se ela for inundada novamente? Se tudo for destruído?”

Isto porque, até o momento, os governos, inclusive o economista Pedro Capeluppi, Secretário de Reconstrução de Eduardo Leite (PSDB), e Paulo Pimenta, Ministro de Reconstrução de Lula, não garantiram os reparos nos sistemas de proteção às enchentes – muros, diques e bombas. E, pior, nas cidades da Região Metropolitana, particularmente em Eldorado do Sul, Canoas e na Zona Norte de Porto Alegre, sequer garantiram a retirada da lama e do entulho.

Assim, cidades e bairros inteiros continuam parecen-

MORADORES DOS BAIRROS TÊM PROTAGONIZADO VÁRIAS MANIFESTAÇÕES, COM BLOQUEIO DE TRÂNSITO E EXIGINDO O RECOLHIMENTO DOS ENTULHOS

do com praças de guerra, com uma lama fétida, contaminada, e entulhos bloqueando várias ruas. Há bairros, como no Arquipélago, que continuam sem água e luz. Esquecidas, abandonadas, a raiva aumenta.

POPULAÇÃO VAI À LUTA

Moradores dos bairros têm protagonizado várias manifestações, com bloqueio de trânsito e exigindo o recolhimento dos entulhos. O prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo (MDB), ainda tem a desfaçatez de ir à imprensa afirmar que “não adianta botar fogo, protestar, que não iremos mudar o cronograma de limpeza”.

Também aconteceram assembleias em bairros, como Porto Novo, contra a instalação de lixões próximos às zonas residenciais, uma passeata na Restinga (Zona Sul), no Dia Mundial do Meio Ambiente, e ocupações de prédios abandonados pelos desabrigados.

É necessário não só apoiar, mas ampliar e unificar as manifestações de indignação que brotam nas periferias. Apoiar as ocupações de prédios abandonados e lutar pelo avanço da organização dos atingidos, realizando assembleias de bairros e buscando a construção de um “Encontro de Atingidos”.

Os governos já se mostraram incapazes de proteger a natureza, nossas vidas e de realizar a reparação de nossas perdas. Cabe ao povo pobre e trabalhador tomar nas mãos o próprio destino.



Imagens da destruição e do entulho que persiste no Sarandi, bairro da zona norte de Porto Alegre



A Cozinha Solidária e a CSP-Conlutas levando apoio à ocupação do Hotel Arvoredo

NÃO AOS DESPEJOS!

TODO APOIO ÀS OCUPAÇÕES

Nas últimas semanas, aconteceram três ocupações de prédios abandonados no Centro de Porto Alegre, uma delas num antigo hotel e outras duas em prédios públicos desativados há 10 anos. No último dia 16, uma das ocupações foi alvo de uma ação covarde da Brigada Militar (PM), a mando do governo Leite.

De acordo com a Defesa Civil, cerca de 109,7 mil casas foram danificadas ou

destruídas. Já se passaram 35 dias desde que os governos Leite e Lula anunciaram que comprariam e construiriam casas. Até agora, nada foi concretizado. As ocupações são iniciativas corretas, inclusive porque dão visibilidade a uma contradição absurda: milhares de imóveis desocupados e que poderiam ser adaptados para moradia.

São imóvel que há anos estão vazios e, assim, não cumprem sua função social,

segundo a própria Constituição Federal.

Muitos pesquisadores afirmam que é preciso utilizar os imóveis já existentes, antes de pensar na construção de novos. Porém, todos os governos se negam a seguir essa orientação porque estão comprometidos com a especulação imobiliária. Não aos despejos! Expropriação, sem indenização, de todos imóveis vazios na mão da especulação imobiliária.



SARANDI URGENTE!

Moradores da periferia vão à luta e desafiam governos

**DENIOR MACHADO,
DE PORTO ALEGRE (RS)**

Caminhar pelas ruas do Bairro Sarandi, segundo mais populoso de Porto Alegre, lembra um cenário de guerra. Montanhas de entulho na frente das casas, misturadas com matéria orgânica e esgotos, ratos e baratas por todos os lados, inclusive cobras. Além de fonte de doenças e de um mau cheiro insuportável, todo este lixo impede o escoamento da água.

Bairro pobre da cidade, particularmente as vilas Asa Branca e Brasília, o Sarandi sempre foi uma área de risco. Muitas casas foram totalmente cobertas pela água.

Há casas construídas em cima do dique que se rompeu. A prefeitura quer remover, mas enfrenta a resistência de quem não tem garantia alguma de que terá outra casa ou, então, será jogado para regiões distantes.

No Sarandi, a exemplo do Humaitá e da Vila Farrapos, entre outros bairros pobres, pipocam protestos. Num condomínio popular, moradores fecharam a rua. A Brigada Militar foi desmobilizar e uma senhora de 70 anos os enfrentou, dizendo que só sairia dali se a própria polícia limpasse a rua.

O prefeito Melo armou uma reunião controlada pelos seus apoiadores. Já a Câmara dos Vereadores, mon-

tou uma Audiência Pública no Bairro, mas afastada de onde estão os moradores mais afetados e cercada pela Guarda Municipal.

É verdade que alguns parlamentares sempre aparecem nestes eventos, alguns manipulados por apoiadores da Prefeitura. Mesmo assim, os poucos vereadores e assessores presentes tiveram que ouvir protestos do povo, que os acusavam de omissão com frases como “Onde estavam vocês – governos e vereadores - todo este tempo?”.

Ou seja, ali mesmo, as autoridades foram desafiadas e também ecoaram propostas de intensificar os protestos, bloqueando, com lixo, a entrada e saída da cidade.

AUMENTA A DISPOSIÇÃO DE LUTA E AUTO-ORGANIZAÇÃO

Em nova reunião, no dia 18, com Comissão de Direitos Humanos da Câmara, os moradores apresentaram sugestões à Prefeitura para a resolução do problema dos entulhos, como, por exemplo, contratar provisoriamente o serviço de pessoas voluntárias que possuem caminhões.

Também solicitaram postos de saúde móvel, para impedir o agravamento das doenças, e equipes que auxiliem o cadastramento das pessoas vulneráveis, para receberem benefícios de renda. Além disso, estão propondo a instalação de uma lavanderia comunitária e já conseguiram as máquinas de lavar, através de doações.

Exigiram, também, um ponto de fornecimento de água para a Prefeitura. Além disso, pediram a manutenção e alargamento do dique, que deveria proteger a região de enchentes. Mas nada disso tem sido garantido pelos governos e o Legislativo.

Há disposição para lutar e resolver os problemas que afetam a comunidade. O necessário é romper a fragmentação em várias associações e grupos que foram formados e fazer uma assembleia de todas as vilas que compõem o bairro, para ter mais força e organização para tomar as rédeas da situação e exigir que a Prefeitura e a Câmara se submetam às suas reais necessidades.

AEROPORTO DE PORTO ALEGRE

Privatização do lucro e socialização dos prejuízos

Se há um personagem que ilustra como realmente agem as multinacionais que dizem “investir” no país, este é o caso da Fraport, a concessionária do aeroporto Salgado Filho/Porto Alegre. Ela é proprietária e operadora do aeroporto de Frankfurt, o maior da Alemanha, e possui outros 30 pelo mundo. Arrematou o Aeroporto Salgado Filho por R\$ 382 milhões, a serem pagos em 25 anos.

De lá pra cá, já recebeu inúmeras isenções fiscais. Só de IPTU, foram R\$ 80 milhões de isenção. O BNDES acabou de suspender, por um ano, o pagamento das parcelas do empréstimo que concedeu à Fraport. Foi com esses recursos que a empresa realizou 78% de todo o investimento que o aeroporto exigia.

Com os prejuízos das enchentes, a Fraport está fazendo uma enorme chantagem para que o contrato de concessão seja revisto. Diz que,

se o governo federal não pagar a maior parte dos prejuízos, eles não retomarão o funcionamento e abandonarão a concessão. “Não somos uma companhia de caridade. Fizemos investimentos aqui e queremos recuperar o dinheiro”, disse Andreea Pal, a Diretora Executiva (CEO) da Fraport.

Um governo que se diz defensor da soberania deveria expulsar essa multinacional. Seria uma oportunidade para iniciar a reestatização do setor aéreo, que está nas mãos do capital privado. Mas não é isto que o governo está fazendo.

Já foram realizadas várias rodadas de negociação, para buscar uma conciliação com a empresa. Maria do Rosário, pré-candidata à Prefeitura de Porto Alegre pela frente PT/PSOL/PCdoB, após uma visita ao aeroporto, declarou: “Vou defender que o governo federal antecipe R\$ 130 milhões que, a empresa afir-

A FRAPORT ESTÁ FAZENDO UMA ENORME CHANTAGEM PARA QUE O CONTRATO DE CONCESSÃO SEJA REVISTO. DIZ QUE, SE O GOVERNO FEDERAL NÃO PAGAR A MAIOR PARTE DOS PREJUÍZOS, ELES NÃO RETOMARÃO O FUNCIONAMENTO E ABANDONARÃO A CONCESSÃO

ma, serão ressarcidos pelo seu seguro particular e cujo recebimento poderá demorar dois anos”.

Pelo contrato, a Fraport é obrigada a segurar o aeroporto. Contrato esse do qual ela tinha conhecimento dos riscos. A responsabilidade pela negociação com a seguradora também é dela. Ou seja, a proposta é uma rendição total às chantagens da multinacional.

**Moradores do bairro Humaitá fecham BR-290**

PROGRAMA PARA O RIO GRANDE DO SUL

De que estado, cidade e bairro precisamos?



Dia após dia, os governos de todas as esferas, que em diferentes níveis foram corresponsáveis pela tragédia que estamos vivendo, anunciam medidas e falam em bilhões que estão sendo liberados para a “reconstrução do estado”.

Os recursos que precisam ser investidos para reparar as perdas da classe trabalhadora e a infraestrutura, na prevenção de enchentes e para a defesa da natureza, de fato, são imensos.

Seria necessário cancelar as dívidas do estado e dos municípios, sejam com a União, sejam com os bancos. Seria necessário romper com todos os planos de ajuste fiscal, desde o Arcabouço Fiscal de Lula até o Regime de Recuperação Fiscal, de Eduardo Leite.

Também seria necessário que os bilionários capitalistas e as grandes empresas do agronegócio, responsáveis pelo desequilíbrio climático, tivessem parte dos seus lucros e fortunas confiscada e destinada à construção de moradias em áreas seguras e à reconstrução de uma infraestrutura que proteja o povo pobre e o meio ambiente.

PARA OS CAPITALISTAS TUDO. PARA OS TRABALHADORES SÓ MIGALHAS.

Porém, a lógica de aplicação destes recursos pelos governos é sempre a mesma: se prioriza o resgate das grandes empresas para que, só a partir daí, seja retomada a economia capitalista (a mesma que nos levou à catástrofe atual) e, com isto, dizem eles, a renda e os empregos sejam recompostos.

Lula, por exemplo, editou uma Medida Provisória que garante, por dois meses, parte da folha de pagamento das grandes empresas que se localizam nas regiões atingidas pela enchente (inclusive



as multinacionais), além de isentá-las de recolhimento de FGTS dos trabalhadores por seis meses e liberar R\$ 15 bilhões de crédito subsidiado.

Mas, mesmo com tudo isto, as empresas continuam se articulando e exigindo mais recursos do Estado. E o que os trabalhadores terão como contrapartida das medidas já anunciadas? Apenas quatro meses de estabilidade.

Hoje, toda a população pobre do estado sofre com a inflação, particularmente dos alimentos. Em Porto Alegre, a inflação de maio foi o dobro da média nacional.

Numa calamidade como a que vivemos na atualidade, os governos, os legislativos e o sistema judiciário se negam a adotar quaisquer medidas de congelamento de preços, em defesa do “livre mercado”. Negam-se a expropriar imóveis vazios, em defesa da “propriedade privada” dos bilionários capitalistas.

OPORTUNIDADES PARA GRANDES NEGÓCIOS

As pessoas diretamente atingidas pela enchente não estão sendo consultadas para nada e não têm poder de fiscalização e decisão. Leite e Melo contrataram empresas de consultoria estrangeiras, como a

Alvarez & Marsal (conhecida pelas políticas de privatização e desregulamentação de serviços públicos) e não conseguem dar conta sequer da retirada dos entulhos que seguem nas ruas.

É fundamental que todas as medidas sejam decisões tomadas com a participação e organização ativa dos trabalhadores, garantindo que suas necessidades e interesses sejam priorizados. Isto deve incluir medidas relativas à reparação das perdas de casas, bens e renda; às obras prioritárias para garantir a prevenção contra futuras enchentes; até a garantia de que Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb) volte a funcionar agora, e não apenas em dezembro.

AUTO-ORGANIZAÇÃO, CONFISCO DE BILIONÁRIOS E CONTROLE OPERÁRIO

Por isso, a auto-organização dos trabalhadores e atingidos, independente dos governos e empresas, deve ser a base para as mobilizações, como as que já estão acontecendo, com bloqueios de rua ou ocupações.

Mas é necessário dar mais passos. É preciso que cada bairro, cada abrigo, cada ocupação de edifício realize as-

sembleias e discuta suas pautas; que sejam eleitos representantes, para que possamos unificar todo este processo num espaço onde a base decida, como um congresso ou encontro dos atingidos, exigindo a execução do seu programa, que também precisará ser acompanhado e controlado pelos próprios trabalhadores. Por isso defendemos:

Força-tarefa, utilizando todos os equipamentos e recursos necessários para o recolhimento dos entulhos e reparo emergencial dos diques, em caráter de urgência.

Moradia para todos os desabrigados! Todos os imóveis desocupados devem ser desapropriados.

Elevar o valor dos **auxílios**, a fim de que possam reparar integralmente a reconstrução e reforma das casas atingidas.

Anistiar todos os empréstimos de trabalhadores e do povo pobre, em especial os consignados.

Ampliar e facilitar o **crédito** aos micros e pequenos negócios, sem juros e a fun-

do perdido.

Tabelar os preços, particularmente de aluguéis e alimentos, nos valores anteriores à enchente, sob pena de multas e, inclusive, expropriação dos grandes supermercados e distribuidoras.

Estabilidade no emprego por, no mínimo, 12 meses (o mesmo período que os empresários estão tendo de carência nos financiamentos tomados). Nenhuma flexibilização de direitos trabalhistas ou redução de salários.

Garantir o funcionamento das **estações** de Porto Alegre do Trensurb, já! Não é possível esperar cinco meses.

Revogação de todos os pontos de flexibilização da **legislação ambiental**.

Revogação de todas as **Parcerias Público-Privadas**, que nada mais são que privatizações.

Reestatização, sem indenização, da CEEE (energia), da Corsan (saneamento), da Carris (ônibus) e do Aeroporto Salgado Filho. É preciso retomar estas empresas e colocá-las sob controle e gestão de trabalhadores e organizações de moradores.

EDUCAÇÃO NA MIRA

O plano dos governos e dos bilionários para privatizar as escolas

DA REDAÇÃO

A aprovação da privatização das escolas públicas no Paraná, realizada pelo governador Ratinho Júnior (PSD), sob extrema violência e repressão, ganhou destaque nos últimos meses. O modelo também é defendido por outros governos, como os de São Paulo e Minas Gerais, e mostra que o plano da burguesia é lucrar com a privatização do Ensino Básico, enquanto precariza, ainda mais, a Educação pública.

ENSINO NO BRASIL: UM MERCADO LUCRATIVO

Nas últimas décadas, a privatização da Educação avançou enormemente no Ensino Superior (leia páginas 6 e 7), mas, agora, começa a ser aplicada também no Ensino Básico, atraindo cada vez mais o interesse de fundos de capital privado, que compram participação em empresas, e grupos privados estrangeiros.

Segundo um estudo do Ilae, de 2022, as escolas particulares respondem por apenas 18% dos alunos matriculados na rede básica, mas movimentaram R\$ 84 bilhões. Ou seja, há, potencialmente, um amplo e lucrativo mercado para ser desbravado pelos mercadores da Educação.

Dentre eles, estão, por exemplo, a gestora norte-americana L Catterton, que está se associando à Inspira, uma rede de escolas controlada por um fundo do Banco BTG Pactual; os fundos Atmos e Advent, associados ao Grupo Salta, que tem entre seus sócios Jorge Paulo Lemann (o bilionário que fraudou as contas das Americanas), cuja Fundação Lehman é uma das mantenedoras do “Movimento Todos Pela Educação”.

A privatização das escolas vai colocar nas mãos das empresas o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que deveria ser usado para melhorias nas escolas. Para 2024, a estimativa do Fundeb é de R\$ 287,4 bilhões.

MODELO DE NEGÓCIOS

Ganhar dinheiro público sem investir um centavo

Para ter acesso aos recursos públicos, sem ter que arcar com os custos pesados de infraestrutura que a rede básica exige (equipamentos, salas de aulas, internet etc.), as empresas privadas apostam em uma nova fórmula: investir em projetos privados na ges-

tão da escola. Assim, recebem dinheiro público sem investir um único centavo nas escolas. A desculpa é que as chamadas “parcerias” vão liberar professores e pedagogos para “focar na parte pedagógica”. Uma grande mentira.

Segundo especialistas, a

privatização atenta contra a Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que têm como um dos princípios a gestão democrática das escolas, com a participação da comunidade nas discussões e deliberações.

O modelo de privatização já

vinha sendo impulsionado de maneira tímida, com a implementação da Reforma do Ensino Médio (leia ao lado); mas, agora, ganhou força e passou a ser adotado no Paraná. Em São Paulo, o governador Tarcísio de Freitas planeja aplicar um projeto semelhante.

**LABORATÓRIO**

A privatização das escolas no Paraná

No Paraná, no ano passado, o orçamento da Educação foi de R\$ 3,96 bilhões. Esse é baú do tesouro que está na mira do projeto de lei aprovado pelos deputados e sancionado por Ratinho Júnior. O governo prevê conceder 204 colégios estaduais, de

110 cidades (cerca de 10% da rede), que já estão em operação. Na lei aprovada, é previsto o pagamento de R\$ 800 por aluno, para a empresa que administrar o serviço.

O projeto também modifica a forma de contratação de professores temporários

e da reposição de novas vagas. Na prática, os professores não serão contratados por concursos e nem mesmo pelo regime especial (PSS), que já é um contrato precário e temporário. A contratação será feita pelas gestoras privadas, em regime CLT, com

salários ainda mais baixos do que hoje.

A privatização da gestão administrativa e de infraestrutura já vinha ocorrendo desde 2020, quando uma lei extinguiu vários cargos da administração pública, inclusive da Educação Básica.

SÃO PAULO

Tarcísio deu sinal verde para privatizar escolas

Em São Paulo, Tarcísio de Freitas já autorizou uma licitação para repassar a gestão de 33 escolas, que ainda serão construídas, em 29 cidades, para empresas privadas.

Os investimentos serão de R\$ 2,1 bilhões, ao longo dos 25 anos da concessão.

O modelo de São Paulo é a Parceria Público-Privada (PPP), uma forma mal disfar-

çada de privatização. Mas, assim como no Paraná, o projeto beneficia as empresas em busca de mercado e lucros. Além disso, pode avançar, como no caso do Paraná. Por ora, de-

fende que somente a gestão vai passar para a iniciativa privada, mas poderá avançar na contratação de professores e na administração de outras escolas do estado.

LEGADO

Reforma do Ensino Médio

A privatização está totalmente de acordo com a Reforma do Ensino Médio. O “mercado” da Educação Básica começou a despertar a atenção das empresas privadas com os debates da reforma, gestada no governo Dilma (PT) e

instituída por Temer (PMDB) em 2017.

O Projeto de Lei que introduziu a reforma foi apresentado em 2013, pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), e nele já estavam previstos convênios com instituições que

possuem “expertise”, abrindo a possibilidade de uso dos recursos repassados pelo Fundeb.

A privatização vai piorar a qualidade do ensino público, aprofundando o desinvestimento nas escolas, para desti-

nar mais dinheiro à iniciativa privada. Por isso, ele precisa ser derrotado. Caso contrário, será implementado em todo o Brasil. É preciso unificar as lutas de todos os estados em defesa da Educação Pública, gratuita e de qualidade.

PARLAMENTO EUROPEU

Quais conclusões podem ser tiradas das eleições europeias?

JOANA SALAY,
DE LISBOA (PORTUGAL)

Muito se tem falado sobre o resultado das eleições para o Parlamento Europeu, vencidas pela direita e a extrema direita em vários países. Que conclusões devemos ter deste processo?

Primeiro, vale lembrar que, desde as últimas eleições, em 2019, muita coisa se passou na Europa: a pandemia, a Guerra na Ucrânia, a volta da inflação e o aumento da pressão, em todo o continente, causada pelo acentuamento da crise da ordem mundial.

Além disso, em meio à disputa interimperialista entre os Estados Unidos (EUA) e a China, a União Europeia, mantendo a sua essência imperialista, tem perdido protagonismo e está desempenhando um papel cada vez mais subordinado na economia e na ordem mundiais.

Estas eleições, assim, refletem esse processo. Mas, a crise do projeto europeu é ainda anterior e, podemos dizer, está apenas começando.

O PARLAMENTO EUROPEU E AS ELEIÇÕES

Vinte e sete países participaram das eleições europeias, elegendo 720 eurodeputados para um mandato de cinco anos. Mas, as principais decisões europeias não passam pelo Parlamento e, sim, pela Comissão Europeia (CE), atualmente presidida pela alemã Ursula von der Leyen, e pelo Banco Central Europeu (BCE), presidido pela francesa Christine Lagarde.

A malfadada “Troika” da crise de 2008, que atuou de maneira autoritária e unilateral sobre os países do Sul da Europa, para garantir a aplicação dos planos de austeridade, era composta exatamente por essas instituições, juntamente com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

As presidências dos órgãos são ratificadas pelo Parlamento, mas são previamente negociadas pelos Estados-Membros, em decisões determinadas pela hegemonia imperialista francesa e alemã.

Não à toa, a taxa de abstenção nestas eleições foi de 49%, refletindo a ausência de entusiasmo com um processo de muitas cartas marcadas, que deslegitima não apenas as eleições europeias, mas também as nacionais.

A VERDADEIRA ESSÊNCIA DA UNIÃO EUROPEIA

Muito se fala, também, dos “valores europeus”, que levaram à fundação da União Europeia (UE): a dignidade humana, a democracia, a liberdade, a igualdade, os direitos humanos e o Estado de direito. Contudo, há um grande abismo entre este discurso e a prática.

O Mercado Único Europeu, estabelecido em 1987, promoveu a total liberdade de movimento de capital, seguido da implementação da moeda única europeia, através do Tratado de Maastricht, em 1991. Juntamente com a liberdade de circulação de capitais, veio, também, uma investida neoliberal, que visava minar as conquistas sociais alcançadas desde o pós-Segunda Guerra.

Relembremos, por exemplo, a famosa luta dos mineiros britânicos contra Margaret Thatcher, no início dos anos 1980. Mas, as medidas neoliberais não vieram apenas pelas mãos de forças políticas conservadoras.

Na França, por exemplo, François Mitterrand, do Partido Socialista, a partir de 1983, protagonizou a chamada “virada do rigor”, rompendo abertamente com o programa pelo qual foi eleito. Por toda a Europa, os partidos social-democratas passaram a liderar a retirada de direitos e a flexibilização das relações de trabalho, muitas vezes com a cumplicidade dos sindicatos, frequente-

mente dirigidos por Partidos Comunistas.

UM SALTO DA CRISE

A crise de 2008 significou um salto neste processo, com a utilização da dívida como camisa de força, levando ao desmonte da economia nacional de diversos países, como Portugal e Grécia. Paralelamente, a destruição do Estado de Bem-Estar Social, a crescente concentração de riquezas e a livre circulação de capitais esmagaram um amplo setor das classes médias urbanas e rurais.

CRIMINALIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO

Ao mesmo tempo em que a UE passou a esmagar a classe trabalhadora europeia, perseguiu e legitimou o racismo e a xenofobia contra os imigrantes. O Novo Pacto Europeu de Imigração e Asilo (PEMA), da União Europeia, torna mais difícil o acesso ao asilo, estabelece rejeições na fronteira, legalizando e financiando expulsões imediatas, e amplia o uso da detenção, até para crianças.

Com o PEMA, países receptores que não desejem

dar asilo pagarão 20 mil euros por pessoa para encaminhá-la a outro país da UE, destinando esses fundos para deportações e o reforço das fronteiras. Longe de resolver a crise migratória europeia, o PEMA acaba por legitimar a repressão e a morte dos imigrantes no Mar Mediterrâneo, que, somente em 2024, já somam mais de 5.000 casos.

REPRESSÃO ÀS LUTAS PELA PALESTINA

A UE e seus governos nacionais fortalecem e reprimem os movimentos sociais e da classe trabalhadora. O exemplo mais recente é a repressão às lutas pró-Palestina, na França e na Alemanha. A UE dá apoio e cobertura para o genocídio em Gaza, enquanto reprime os que protestam contra ele. Por outro lado, continuam com o discurso de apoio à Ucrânia, mas sem fornecer as armas necessárias para que esta derrote a invasão russa.

A hipocrisia europeia é muito nítida. A dignidade humana, a liberdade, os direitos humanos e a democracia são apenas para alguns poucos.



Marine Le Pen, líder da ultradireita na França



Manifestantes marcham durante um comício antiextrema direita na cidade de Nantes, França



Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia (CE)

ANTES DA EXTREMA DIREITA

A virada à esquerda no pós 2008

Antes da extrema direita começar a ganhar peso eleitoral, houve um importante processo de contestação em toda a Europa. A classe trabalhadora e a juventude fizeram fortes mobilizações contra as medidas de austeridade impostas pela grande burguesia.

Ocorreram dezenas de greves gerais, manifestações e acampamentos, de onde nasceram os movimentos “15M” e os “Indignados”, uma poderosíssima onda de protestos, iniciada na Espanha, em 15 de maio de 2011, sob o lema “Não somos mercadorias nas

mãos de políticos e banqueiros”.

Este processo significou um giro à esquerda no continente, fazendo com que forças como Syriza (Grécia), Podemos (Estado Espanhol) e Bloco de Esquerda (Portugal) ganhassem muito peso eleitoral. Porém, o que essas direções fizeram com a esperança que conseguiram canalizar? A linha de “levar a luta ao voto” significou depositar as fichas da mobilização exclusivamente na luta parlamentar.

Na Grécia, o governo do Syriza foi um grande exemplo de traição, deixando ra-

pidamente de lado o programa com o qual foram eleitos, para ceder às pressões da Troika, passando por cima até do resultado do referendo de julho de 2015, que disse “Não à Troika”. Já o Podemos e o Bloco de Esquerda optaram por dar apoio parlamentar aos governos do Partidos Socialistas, lutando por migalhas, via Parlamento, enquanto a crise social se acentuava.

Hoje, não podemos compreender o peso da extrema direita sem entender a desilusão provocada pela traição feita por estes partidos.

NESTAS ELEIÇÕES EUROPEIAS, A EXTREMA DIREITA FOI A FORÇA POLÍTICA MAIS VOTADA NA ITÁLIA, NA FRANÇA, NA HUNGRIA, NA BÉLGICA, NA ÁUSTRIA E NA POLÓNIA, E A SEGUNDA FORÇA NA ALEMANHA E NA HOLANDA. AINDA QUE TENHA CRESCIDO MENOS QUE O ESPERADO, A EXTREMA DIREITA ALCANÇOU UM POUCO MAIS DE 20% DO TOTAL DE VOTOS NAS ELEIÇÕES.



Repressão aos atos pela Palestina na Alemanha



Líderes da Frente Popular, coligação entre PS, PCF e o Partido Verde na França



Manifestantes do movimento 15M na Puerta del Sol em Madrid, Espanha, 12 de maio de 2012



Imigrantes vindos da África tentam entrar na Europa



Primeiro-ministro da Espanha, do PSOE, e o líder do Podemos, Pablo Iglesias, anunciam Governo de coalizão



Alexis Tsipras, então primeiro ministro da Grécia, trai população grega e não implementa resultado do referendo.



Manifestantes celebram os resultados do referendo na Grécia que disse Não a austeridade da UE

DEMAGOGIA E REPRESSÃO

A extrema direita é reflexo da decadência capitalista

Nestas eleições europeias, a extrema direita foi a força política mais votada na Itália, na França, na Hungria, na Bélgica, na Áustria e na Polónia, e a segunda força na Alemanha e na Holanda. Ainda que tenha crescido menos que o esperado, a extrema direita alcançou um pouco mais de 20% do total de votos nas eleições.

O exemplo da França é importante. O imperialismo francês vive uma forte crise, com processos em curso nos países africanos e, mais recentemente, protestos na Nova Caledónia, que colocam o seu projeto neocolonial em xeque.

Neste contexto, o partido de Le Pen, o Reunión Nacional (RN), venceu pela terceira vez consecutiva uma eleição europeia e se tornou o partido com mais deputados no Parlamento Europeu. O partido de Macron (o Renascimento) teve menos de 15% dos votos. Este resultado causou um terremoto político, levando Macron a convocar eleições legislativas de emergência.

Não temos dúvida de que

o crescimento da extrema direita pode acentuar ainda mais o caráter repressivo e reacionário da UE. Na Comissão Europeia, Von der Leyen já fala numa “extrema direita boa”, apoiada em Giorgia Meloni, Primeira Ministra da Itália, que pode ser parte da base governativa europeia, legitimando, assim, as suas propostas xenófobas e racistas.

Perante a crise do projeto europeu, que tem como consequência a deterioração das condições de vida de milhões de pessoas, combinada com um nacionalismo xenófobo crescente e incentivado pelas próprias instituições europeias, não nos surpreende que forças políticas como a extrema direita estejam se fortalecendo, financiadas, inclusive, por setores da grande burguesia.

O discurso demagógico antissistema, combinado com a crise da direção revolucionária da classe trabalhadora, acaba seduzindo um setor da classe trabalhadora e uma classe média descontente e sem alternativas.

LIÇÕES DA HISTÓRIA

Retomar a Frente Popular não é a solução

Na França, perante a convocatória de novas eleições, foi anunciada uma coalizção por uma nova “Frente Popular”, composta pelos Verdes, o Partido Comunista Francês (PCF), o França Insubmissa e o Partido Socialista (PS), citando como referência a experiência da Frente Popular, de 1936, um governo liderado por Léon Blum, a partir da coligação entre PS e o PCF.

Vários partidos da esquerda europeia comemoraram a “união”, referindo-se aos importantes avanços sociais conquistados durante o governo de Blum. O que fingem esquecer é que, neste período, a França

vivia um forte processo revolucionário, a Frente Popular acabou servindo para a contê-lo e a desmoralização da classe trabalhadora, decorrente disto, levou à queda do governo, em 1938, que foi substituído pelo governo conservador de Daladier, que também compunha a Frente Popular. Esquecem-se, também, que Mitterrand foi eleito, em 1981, através de uma frente entre o PS e o PCF.

Evidentemente, a situação política na França de hoje é completamente distinta de 1936 e as próprias direções, que antes tinham muito peso nas organizações da classe trabalhadora,

hoje têm muito menos, fazendo com esta Frente Popular de agora seja ainda mais burguesa e muito mais ausente nas mobilizações.

Nitidamente, não retiraram lições dos processos anteriores. O grande problema para a esquerda reformista é que ela não vê horizonte para além das chamadas “forças democráticas”, que, assim como o capitalismo, estão cada vez mais decadentes, negando-se a apontar uma saída independente para a classe trabalhadora. E, ao mesmo tempo, se negam a jogar peso na construção de uma unidade nas lutas, que possa, de fato, enfren-

tar os ataques dos governos e a extrema direita.

É deste vazio que se alimenta a extrema direita, o que coincide com a decadência cada vez maior do capitalismo.

CONSTRUIR UMA ALTERNATIVA POLÍTICA DA E PARA A CLASSE TRABALHADORA

A solução passa por afirmar uma alternativa política da classe trabalhadora, a única saída para crise social que vivemos, apresentando um programa para que ela seja a dirigente de um projeto social alternativo, para além do capitalismo falido.

É preciso construir a mobili-

zação e a organização independente da classe trabalhadora, chamar a unidade para lutar e combater a precariedade e os baixos salários, enfrentando o pacto de imigração, assim como a xenofobia e o racismo.

Também temos que reafirmar a necessidade da luta pela reorganização da economia, para combater a desigualdade e a catástrofe ambiental. É preciso, ainda, afirmar que, dentro da UE dos ricos, não há saída. Que a solução passa pela construção de uma força revolucionária e socialista alternativa, que defenda uma Europa dos trabalhadores e dos povos.



Foto: Romerito Pontes

A dura prova durante os governos Lula e Dilma



DA REDAÇÃO

Ao longo de seus 30 anos, o PSTU manteve sua coerência, nunca abandonando o princípio da independência de classe e a defesa de um projeto revolucionário e socialista. Se isso já é desafiador nos marcos de governos burgueses e da direita tradicional, o é ainda mais durante os governos de conciliação de classes; ou seja, sob governos que unem a burguesia e as direções e lideranças dos movimentos de massas e são vistos, por grande parte da classe trabalhadora, como um governo seu.

Nesse tipo de governo, as organizações revolucionárias podem incorrer em dois grandes erros: o sectarismo, que é menosprezar a ilusão que esses governos despertam nas massas, ou, principalmente, o oportunismo, ou seja, deixar de combater um governo capitalista, atuando para

que a classe trabalhadora supere suas ilusões, mas, pelo contrário, reforçando tais ilusões, deixando-se cooptar pelo governo e se transformando, quando muito, em sua ala esquerda.

As pressões oportunistas, que já ocorrem nos governos de direita, se exacerbam nesse tipo de governos, e, ao longo da História, as organizações revolucionárias têm se adaptado a eles.

E foi justamente isso o que aconteceu nos governos Lula e Dilma. Ao longo de seus 13 anos, as poucas organizações que ainda defendiam alguma perspectiva socialista abandonaram esse critério por completo e passaram, com malas e bagagens, ao campo supostamente progressista do PT. Foi o caso do PSOL, por exemplo, que, no início do primeiro mandato de Lula, começou como uma ruptura e, na campanha eleitoral para o terceiro mandato do petis-

ta, terminou como um braço à esquerda desse partido.

RESISTINDO ÀS PRESSÕES OPORTUNISTAS

A crise capitalista iniciada em 2008 expôs o real caráter do governo de colaboração de classes de Dilma, que respondeu às mobilizações de 2013 com repressão e impôs, logo depois, o maior ajuste fiscal da História do Brasil.

Com o “ministro do mercado” Joaquim Levy à frente da Economia, o governo Dilma, entre 2014 e 2016, jogou o país em sua mais profunda recessão. Além disso, logo no início de segundo mandato, Dilma desferiu ataques contra direitos, como o seguro-desemprego e o PIS-PASEP, o que transformou a base social do PT em pó.

Foi só quando o governo Dilma se mostrou inviável para continuar aplicando sua política de ataques que parte majoritária da burguesia

e seus partidos se decidiram pelo impeachment. Diante da polarização entre dois campos burgueses, o PSTU, ao contrário da quase totalidade da esquerda socialista, defendeu uma saída de independência de classe, sem capitular ao governo nem a Temer, Eduardo Cunha e outros setores que saíram da base de apoio do governo e promoveram o impeachment.

A DEFESA DE UMA VIA DOS TRABALHADORES

O PSTU não defendeu o impeachment, como acusou boa parte da esquerda. Apesar de o impeachment não ter significado um “golpe”, a medida transferia o poder ao vice-presidente Michel Temer, que, por sua vez, levaria adiante a mesma política do governo e dos banqueiros, aprofundando a Reforma Trabalhista e demais ataques.

Por isso, o PSTU defendia que os trabalhadores deve-

riam tirar todos do Planalto e, na medida em que não contávamos com organização e mobilização para formarmos conselhos populares, chamávamos “Eleições Gerais, já!”.

Ou seja, a necessidade, naquele momento, não era defender Dilma, muito menos seu vice; mas, sim, apostar na construção e no fortalecimento de um campo e de um programa da classe trabalhadora para a crise.

A maioria da esquerda, porém, priorizou a defesa de um governo que era rechaçado pela grande maioria da população. A falta de uma alternativa da classe trabalhadora deixou uma via aberta para o crescimento da ultradireita, que, pouco depois, chegaria ao governo com Bolsonaro.

Entre erros e acertos, pode-se dizer, sem medo, que o PSTU passou por essa prova mantendo firme a bandeira da independência de classe e da revolução socialista.

ENFRENTAMENTOS

Na linha de frente contra o governo Temer

Durante o governo Michel Temer (MDB), o PSTU esteve na linha de frente do combate ao aprofundamento dos ataques que a burguesia impunha, como resposta à crise.

Foi assim, por exemplo, na greve geral de 28 de abril de 2017, contra as reformas Trabalhista e Previdenciária; simplesmente a maior greve nacional em mais de duas dé-

cadadas, contrariando a tese, defendida pelo conjunto da esquerda, de que o movimento estava na defensiva.

REPRESSÃO AOS LUTADORES

A realidade é que o Brasil passava pela maior onda de greves e mobilizações desde os anos 1980. O movimento “Ocupa Brasília”, em maio daquele ano, contou com o PSTU

na linha de frente do enfrentamento à dura repressão policial que, durante quase um dia inteiro, transformou a Esplanada dos Ministérios num enorme campo de batalha.

O conjunto da esquerda e as direções do movimento, porém, recusaram-se a levar adiante aquele movimento, que poderia muito bem ter derrubado o fraco governo Te-

mer, e preferiram, mais uma vez, apostar nas eleições.

Diante dessa política, que não pode ser definida de outra forma que não uma traição, a Reforma Trabalhista foi aprovada, assim como o Teto de Gastos, enquanto a classe trabalhadora continuava órfã de uma alternativa à crise, à precarização e à degradação de suas condições de vida.



Foto: Romerito Pontes

COERÊNCIA

Enfrentando Bolsonaro

Durante o governo Bolsonaro, a classe trabalhadora ainda protagonizou importantes lutas, apesar de um certo refluxo, explicado, dentre outras coisas, pelas traições e, em parte, porque foi ganha para um projeto de ultradireita falsamente apresentado como antissistema.

O “Tsunami da Educação”, em 2019, varreu o país com uma onda de mobilizações. Já na pandemia, os painéis precederam as manifestações de rua e duros embates contra o governo de ultradireita. A Reforma da Previdência, de Guedes e Bolsonaro, foi um duro ataque, e, sim, uma derrota imposta à classe. Contudo, havia espaço e disposição para um que levantássemos um “Fora Bolsonaro” de massas.

VIA ELEITORAL

Repetindo a História, as direções dos movimentos e da esquerda parlamentar, como PT, PSOL e PCdoB, preferiram frear o movimento, priorizar a “luta de gabinete”, e esperar por um “Feliz 2022”. Ao invés das greves e da ação direta, priorizaram a CPI da Covid, que, obviamente, deu em nada, mas possibilitou que os parlamentares ficassem em evidência, para capitalizar nas eleições.

O PSTU, ao contrário, nunca abandonou as trincheiras, apostando nas mobilizações e exigindo dessas direções a generalização das lutas; apresentando um programa emergencial para a pandemia, que atacasse os bilionários, e apon-

tando para a derrubada do governo de extrema direita, em unidade de ação com todos os setores que se colocassem contra o projeto de nova ditadura.

ESTRATÉGIA SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIA

Nas eleições, o PSTU apresentou as candidaturas de Vera e Raquel Tremembé, à presidência e à vice, confrontando a ideia, disseminada pelos setores majoritários da esquerda, de que a saída, diante dos avanços da extrema direita, seria o recauchutado caminho da conciliação com a burguesia.

Ao contrário, se na ação direta contra o bolsonarismo e a extrema direita era necessária toda a unidade possível, para apresentar uma alternativa política à classe trabalhadora era preciso uma candidatura que expressasse o rechaço ao sistema capitalista e a unidade dos trabalhadores com os setores oprimidos, com uma estratégia socialista e revolucionária.

No segundo turno, o PSTU chamou o voto crítico em Lula para derrotar, nas eleições, o projeto golpista de Bolsonaro. Mas, alertávamos, desde aquele dia, que nenhuma mudança significativa viria de um governo aliado com a burguesia e a direita e que, depois, se juntou até a setores da extrema direita. Pelo contrário, já dizíamos que o processo de rebaixamento e degradação do Brasil continuaria, ajudando a fermentar o caldo de cultura que deu origem ao ascenso à ultradireita.



Foto: Imprensa CSP-Conlutas

GOVERNO LULA III

Novos desafios face à adaptação da esquerda

Chegamos, finalmente, ao governo Lula-Alckmin. Um governo que, desde a sua formação, apontou para uma colisão ainda mais à direita, que abarca até setores do bolsonarismo golpista.

Como nos 13 anos de governos de conciliação, a grande maioria das organizações de esquerda está no governo,

tendo cargos em ministérios, como é o caso do PSOL, ou não, como a Unidade Popular (UP), que, embora possa parecer à esquerda, recusa-se a enfrentá-lo e a construir uma alternativa de fato.

Mas, a situação, hoje, é bastante diferente. O governo já não conta com a margem para concessões que permitiu

conservar a popularidade de Lula no passado, enquanto governava com e para a burguesia e o imperialismo. Agora, o governo já impõe um duro ajuste fiscal, através do Arca-bouço Fiscal, enquanto a burguesia exige cada vez mais.

No meio disso, também há, agora, uma extrema direita mais organizada, que se apoia

no crescimento e no fortalecimento da ultradireita internacional, sedenta por voltar ao poder. A barbárie capitalista, por sua vez, se aprofunda, como expressa a tragédia no Rio Grande do Sul, ou as chacinas policiais nas favelas e o extermínio indígena.

Nessa encruzilhada, o PSTU reforça a necessidade

da construção, junto à classe trabalhadora e aos setores mais oprimidos da classe, de uma oposição de esquerda, revolucionária e socialista. Somente dessa forma poderemos enfrentar consequentemente a barbárie capitalista, a entrega do país e os ataques aos direitos. E também derrotar, de vez, o avanço da ultradireita.



30 anos na luta pelo socialismo e a revolução



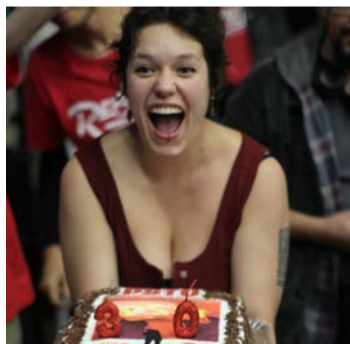
**ROBERTO AGUIAR,
DA REDAÇÃO**

As greves operárias e da Educação Federal; a luta em solidariedade aos povos palestino e ucraniano; as mobilizações por moradia e terra; as lutas contra as privatizações e em defesa dos serviços públicos; a defesa da soberania nacional, por uma Petrobras 100% estatal, sob o controle dos trabalhadores; a luta contra a catástrofe ambiental e social e o apoio e solidariedade ao povo do Rio Grande do Sul; a força da juventude e suas batalhas por educação, emprego e direito ao futuro; a voz das mulheres, que neste momento ocupam as ruas do Brasil contra o Projeto de Lei 1904, assim como as lutas contra a LGBTfobia e o racismo, deram o tom no ato-festa que celebrou os 30 anos do PSTU, no último sábado (15), em São Paulo.

Cerca de 600 pessoas, a maioria do estado de São Paulo, mas também com delegações do Rio de Janeiro, Minas

Gerais, Paraná, Mato Grosso do Sul e do Rio Grande do Sul, ocuparam o auditório do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo para festejar 30 anos de luta pela revolução socialista e por um futuro comunista para a humanidade, sem qualquer tipo de exploração e opressão.

A diversidade do público mostra a conexão do PSTU junto à classe operária, ao proletariado brasileiro, aos setores mais explorados e oprimidos. Uma ligação real e viva com os sujeitos sociais capazes de protagonizar a destruição do capitalismo e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária: uma sociedade socialista.



Mandi Coelho, da juventude do PSTU

NAS LUTAS E NAS URNAS

Uma alternativa socialista nas eleições



Foto: Jefferson Choma

Lançamento da pré-candidatura do metroviário Altino Prazeres à prefeito de São Paulo

O PSTU vai apresentar candidaturas e um programa revolucionário e socialista nas eleições, de oposição de esquerda e socialista aos governos capitalistas, inclusive ao governo Lula. Vamos combater a extrema direita, com independência de classe. Só assim teremos melhores condições de enfrentar os bilionários e defender os trabalhadores.

O ato foi também o lançamento da pré-candidatura

do metroviário Altino Prazeres à prefeito de São Paulo. “A nossa campanha estará junto à classe trabalhadora. Vamos nos enfrentar com os governos privatistas, como o de Nunes e Tarcísio. Estaremos juntos com os metroviários, os ferroviários, os motoristas de ônibus e demais trabalhadores que lutam contra a desgraça que estão vivendo na maior cidade do país. Somos contra as privatizações,

defendemos a reestatização das empresas que foram privatizadas e defendemos a expropriação dos grandes bilionários”, disse Altino.

No ato, também discursaram: Fabiana Sanguiné, pré-candidata a prefeita de Porto Alegre (RS); Wanderson Rocha, pré-candidato a prefeito de Belo Horizonte (MG); e Paula Falcão, pré-candidata vice-prefeita do Rio de Janeiro (RJ).

DÁ-LHE PEÃO!

‘Tem um partido pra fazer revolução!’

Quando os instrumentos do maracatu Cia Caracaxá, que abriu o evento, foram silenciados, o público entoou: “PSTU, dá-lhe peão, quer um partido pra fazer revolução”, a mesma gritada a plenos pulmões em 5 de junho de 1994, dia da fundação do PSTU.

Assim teve início o emocionante ato, coordenado pelo metalúrgico Weller Gonçalves

(presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região) e pela Professora Flávia (coordenadora da APEOSP – Subsede Lapa), que celebrou as três décadas de um partido que carrega uma história de muitas lutas. Pessoas de todo o Brasil acompanharam o ato pelo YouTube. Novos atos comemorativos serão realizados pelas regionais.

SEM TRÉGUAS

30 anos na luta contra todas formas de opressão

O PSTU nasceu conectado às lutas dos setores mais oprimidos e explorados da classe trabalhadora. O combate ao machismo, ao racismo, à LGBTfobia, à xenofobia e às todas as formas de opressão se dá dentro e fora do partido. O PSTU tem secretarias de Mulheres, Negras e Negros, e LGBTI+.

No movimento, o partido constrói o MML (Movimento Mulheres em Luta), Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe e intervém no Setorial LGBTI da CSP-Conlutas.

Em seu discurso, Wilson Honório Silva, da Secretaria Nacional LGBTI+, afirmou que no PSTU “os oprimidos lutam por uma outra sociedade, não aquela defendida pelos reformistas e traidores da classe trabalhadora à sombra da Casa Grande, mas uma sociedade socialista. A revolução vai ser negra, LGBTI e mulher não porque somos nós que faremos a revolução, mas porque a classe trabalhadora é negra, LGBTI e mulher”.

Marcela Azevedo, da Secretaria Nacional de Mulheres

do PSTU e do MML, explicou: “Não capitulamos às ideologias burguesas e reformistas, que dizem que podemos conquistar nossa liberdade de gênero dentro do capitalismo, mas a História nos dá provas todos os dias de que isso é impossível, como podemos ver agora com um projeto reacionário, que busca equiparar o aborto a homicídio em nosso país. Por isso, a luta é para ganhar às mulheres trabalhadora para uma libertação de classe, com um programa socialista e revolucionário”.

UM PARTIDO DA CLASSE TRABALHADORA

Nas lutas pelo Brasil, tremulam as bandeiras rubras do PSTU

Dezenas de operários, que estiveram à frente de recentes e importantes greves, como a da GM, da Avibrás e da Toyota, subiram ao palco. O PSTU nasceu ligado à história de luta classe operária brasileira e assim continua.

Em seu discurso, o operário da construção civil Atnágoras Lopes, da CSP-Conlutas, única central independente de governos e patrões, falou da atuação do PSTU nas rebeliões operárias que ocorreram em 2023, em Volta Redonda (RJ) e, neste momento, em Angra dos Reis (RJ).

A greve da Educação Federal contra o reajuste zero do governo Lula, que já dura mais de 90 dias, foi representada por Sérgio Ribeiro, diretor do sindicato do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, e membro do comando nacional de greve. Narciso Soares, vice-presidente do Sindicato dos Me-

troviários de São Paulo, destacou a luta contra a privatização do metrô, do trem e da água, que culminou com uma greve que parou São Paulo, tendo a militância do PSTU um papel importante. Ana Paula, diretora da nova gestão do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro, ressaltou a luta em defesa da soberania nacional, por uma Petrobras 100% estatal, sob o controle dos trabalhadores.

Moradores de ocupações populares foram ao palco mostrar a intervenção do PSTU no movimento popular, parte importante da luta pelo poder da classe trabalhadora, representados por uma delegação das ocupações do Vale do Paraíba (Coração Valente e Dirceu Travesso), da Zona Sul de São Paulo (Jardim da União), de Cajamar (Queixadas) e de Osasco (Esperança), que atuam no movimento Luta Popular.



Marcela Azevedo, do MML



Fabiana Sanguiné, pré-candidata a prefeitura de POA.



Wilson H. Silva, da Sec, LGBTI do PSTU.

A NOSSA LUTA É INTERNACIONAL!

‘Estado de Israel, Estado assassino, viva a luta do povo palestino!’



Soraya Misleh, da Frente Palestinas de SP.

O PSTU é uma organização internacionalista de verdade. Ao lado da CSP-Conlutas, o partido lutou contra a ocupação militar do Haiti pelo governo do PT. Recentemente, levamos um comboio de ajuda operária à Ucrânia, contra a invasão de Putin. Como parte da nossa luta contra o imperialismo, estamos hoje na linha de frente das mobilizações em apoio incondicional ao povo palestino, contra o genocídio sionista de Israel.

As bandeiras da Palestina tremularam no ato-festa dos 30 anos do PSTU. Em seu discurso, acompanhada por inte-

grantes da Frente em Defesa do Povo Palestino, a jornalista e ativista palestino-brasileira Soraya Misleh, emocionada, lembrou do seu ingresso no PSTU: “São 30 anos de PSTU, 30 anos de luta em defesa da causa palestina. Estamos em meio a um genocídio praticado pelo Estado assassino de Israel há 250 dias, com cerca de 45 mil palestinos trucidados, 70% mulheres e crianças, um verdadeiro campo de concentração a céu aberto, mas seguimos nas ruas e em luta, ao lado da resistência histórica e heroica do povo palestino”.

JUVENTUDE

A coragem dos que convertem a dor em revolta

A coragem dos que transformam a dor em revolta

A juventude sente no corpo e na alma a barbárie capitalista. Jovens que trabalham há muito tempo, mas que nunca tiveram a carteira de trabalho assinada. Jovens dependentes de antidepressivos para poder continuar reproduzindo a vida para o capitalismo. Jovens que olham para o futuro e têm medo das consequências da catástrofe ambiental.

É nesse contexto que o Coletivo Rebeldia disputa cora-

ções e mentes dos jovens para o projeto de uma sociedade socialista. “Hoje, muitos jovens sucumbem diante desse cenário de tragédia imposto pelo capitalismo. Por isso, dizemos que é preciso ter muita coragem para acordar todos os dias, levantar, tufar o peito e dizer ‘eu não tenho medo, eu vou enfrentar tudo isso que está aí’”, disse a jovem estudante da USP, Mandi Coelho.

“É uma coragem daqueles que transformam toda essa dor em revolta, daqueles que

transformam essa revolta em ódio de classe e transformam o ódio de classe em combustível e motor para destruir o capitalismo”, seguiu Mandi.

Estavam jovens que estiveram à frente da greve da USP; que estão na greve da Educação Federal; que estão na luta por emprego, melhores salários e direitos e integram o movimento Vida Além do Trabalho (VAT); jovens da periferia; mulheres, negros e negras, LGBTIs.

INTERNACIONALISMO

Um partido internacional

O PSTU está ao lado de todo povo que seja oprimido e explorado, porque a luta pelo socialismo é ligada a uma visão internacional de mundo. Afinal, o capitalismo é internacional e a luta contra ele também deve ser.

Sendo assim, a história do PSTU é marcada pela construção de um partido internacional, a Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI), pois as experiências revolucionárias de cada país servem de lição para os trabalhadores dos outros, como pontuou Laura Requena,

da “Corriente Roja” (“Corrente Vermelha”), do Estado Espanhol, em sua saudação em nome da LIT-QI.

“O sacrifício daquela velha guarda de revolucionários exilados pela ditadura brasileira não foi em vão. Em meio às mudanças descomunais no mundo, quando muitas organizações desapareceram ou se integraram ao regime burguês, o PSTU resistiu e resiste e se mantém, incondicionalmente, ao lado da classe trabalhadora, com um programa de independência de classe”, disse.

PALESTINA

Crise do sionismo aumenta e cresce apoio à resistência armada na Palestina ocupada



SORAYA MISLEH,
DE SÃO PAULO (SP)

Enquanto Israel caminha a passos largos para ocupar o posto merecido de Estado pária, o povo palestino enfrenta sofrimentos atrozes, mas segue firme e confiante. Esses são os relatos que chegam da Palestina ocupada. Um retrato disso é o aumento do apoio à resistência armada.

A resposta ao derramamento de sangue imposto ao povo palestino, de Gaza à Cisjordânia e à Cidade Velha de Jerusalém, por parte de quem não tem nada a perder, se refletiu em uma pesquisa do Centro Palestino para Pesquisa Política e Pesquisa, realizada no final de maio: 54% dos entrevistados na Cisjordânia e na Faixa de Gaza defendem esse caminho para acabar com a ocupação sionista.

A pesquisa refletiu, também, um otimismo quanto à queda do criminoso Netanyahu, mas a maioria não tem ilusões quanto às negociações com um novo governo sionista.

CRESCER O REPÚDIO À AUTORIDADE PALESTINA

Há um declínio na crença de que a perspectiva de dois Estados seria a solução e um repúdio crescente à gerência da ocupação sionista, a Autoridade Palestina (AP): “Pouco mais da metade acredita que o Hamas é o mais merecedor de representar e liderar o povo palestino hoje, enquanto apenas 16% acreditam que o Fatah, sob a liderança de Abbas [Mahmoud Abbas], é o mais merecedor”. 94% dos habitantes da Cisjordânia e 83% de Gaza exigem a demissão de Abbas.

Uma das razões é explicada numa reportagem do portal de notícias “Middle East Eye”: o “profissionalismo” da AP, como parte da cooperação de segurança com Israel,

para reprimir a resistência na Cisjordânia, mesmo em meio ao genocídio e ao aprofundamento da limpeza étnica.

A pesquisa se deu em meio a mais crimes contra a humanidade, numa coleção arrepiante de massacres que compõem o genocídio em Gaza e diante do aumento do derramamento de sangue na Cisjordânia, que enfrenta limpeza étnica avançada.

Até 19 de junho, somavam-se mais de 37 mil palestinos assassinados em Gaza e mais de 85 mil feridos, sendo 70% mulheres e crianças. Na Cisjordânia e Cidade Velha de Jerusalém, como afirmou, no último dia 18, em Genebra, o Alto-Comissário de Direitos Humanos das Nações Unidas, Volker Türk, desde o início de outubro, já são 523 mortos, dentre os quais 133 crianças.

Esta é uma das muitas razões pelas quais Israel vem sendo incluído, dia após dia, nas listas sujas da ONU, como um dos maiores violadores mundiais de crianças, entre as forças de ocupação mais criminosas, e por aí vai.

A busca pela “solução final” por parte de Israel se enfrenta com um povo cuja perspectiva histórica é a libertação. “Muitos ocupantes passaram por aqui, nenhum conseguiu ficar. E nenhum imperialismo dura para sempre.” Esta é uma frase comum entre os palestinos, ensinada de geração a geração.

A resistência heroica e histórica segue viva e não se curva. “Se um de nós for eliminado, dez outros devem vir em seu lugar. Essa é a marca genuína de nossa luta, e nem a censura nem a simples cumplicidade covarde hão de apagá-la”, já revelara o intelectual palestino Edward Said (1935-2003). A máxima do revolucionário palestino marxista Ghasan Kanafani segue atual: “Com sangue, nós escrevemos para a Palestina.”



Manifestação pela Palestina realizada em SP em junho.

ISOLAMENTO E CRISE

Imperialismo tenta salvar seu enclave militar

A cara horrenda do Estado sionista está exposta e o isolamento internacional se aprofunda. Ao Brasil segue colocada a exigência de que Lula rompa imediatamente relações econômicas, militares e diplomáticas com o Estado genocida de Israel.

Em meio a esse processo em que a solidariedade internacional não dá trégua, os Estados Unidos enfrentam sua própria crise. Na iminência de eleições presidenciais, o imperialismo tenta desesperadamente encobrir a face do monstro que alimenta.

Para tentar salvar o projeto colonial, pode jogar Netanyahu para os leões – em meio às fricções internas. Dentro de Israel, mobilizações gigantescas pedem a cabeça de Netanyahu, não por preocupação com as vidas palestinas, mas porque en-

tendem que o projeto sionista está ameaçado. Netanyahu corre o risco de ser preso e responde, ameaçando guerra total contra o Líbano. Assim, cava sua própria cova a cada dia.

Os EUA buscam um acordo de cessar fogo que preserve seu enclave militar. Agora, dentre as possibilidades, há um plano de que, no pós-Gaza, venham a colocar a estreita faixa nas mãos da impopular Autoridade Palestina. Para tanto, cogita-se a instalação de forças de manutenção da paz em Gaza, até que a AP possa assumir a faixa. Foi isto que foi proposto, em maio, pela Liga Árabe, com a presença de Abbas.

NEM RENDIÇÃO NEM ‘PAZ DOS CEMITÉRIOS’

As tais forças internacionais de paz são rejeitadas pela

resistência, que entende que elas também colocariam um alvo em suas costas. O pior dos mundos na luta pela libertação, e pós o urgente cessar-fogo, seria os EUA colocarem sobre a mesa um novo “Acordo de Oslo”, que nada representou a não ser mais paz dos cemitérios e avanço na colonização e limpeza étnica.

Há que se observar a movimentação junto aos históricos inimigos da causa palestina, identificados por Kanafani: além do imperialismo/sionismo, os regimes árabes e a elite reacionária árabe-palestina.

O melhor dos mundos é a vitória, assinalada a partir da resistência, que vem sendo escrita a cada dia. Uma certeza o povo palestino carrega: não perdoará, não esquecerá, não será apagado do mapa. E jamais vai se dobrar. Rumo à Palestina livre, do rio ao mar.